

UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR
CURSO DE PSICOLOGIA

KAROLYNE DUARTE PIAZENTINI

**O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: JOGOS DE
PODER E FEMINILIDADES**

Cascavel-PR

2026

KAROLYNE DUARTE PIAZENTINI

**O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: JOGOS DE
PODER E FEMINILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, como exigência parcial para obtenção do curso em Psicologia.

Orientação: Me. Bárbara Anzolin

Cascavel-PR

2026

KAROLYNE DUARTE PIAZENTINI

**O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: JOGOS DE
PODER E FEMINILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do curso de psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, como exigência parcial para obtenção do curso de psicologia.

Orientação: Me. Bárbara Anzolin

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Me. Bárbara Anzolin (Orientadora)

Psicóloga Lauana Regina Pereira

Psicóloga Danielle Araújo de Souza Amaral

Dedico este trabalho à minha família, às minhas professoras e a todas as pessoas que acreditaram em mim! Mas especialmente às mulheres que vivem, resistem e reinventam suas existências para além dos lugares que lhes foram atribuídos socialmente.

Onde há poder, há resistência.

(Foucault, 1976)

O LUGAR DA PROSTITUIÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: JOGOS DE PODER E FEMINILIDADES

Karolyne Duarte Piazzentini¹

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo conhecer e analisar a performance da feminilidade na prostituição, o uso de recursos de maquiagem, manejo do corpo e de desejos como dispositivos de exercício de poder. Partimos da ideia de que a feminilidade não é uma característica natural, mas sim resultado de práticas normativas, atravessadas por relações de poder e expectativa social. A pesquisa se trata de revisão bibliográfica para a construção de uma reflexão introdutória e articulação sobre as temáticas. Analisamos a prostituição como uma prática socialmente definida e historicamente controlada, onde se entrelaçam temas de gênero, poder, corpo e economia. As análises são pensadas para prostituição vivida por mulheres cisgêneras, sobre como a maquiagem e o corpo, seus usos e desusos, funcionam como produtos e produtores de subjetividades, capturam os desejos em nossa sociedade e, também, nas relações de prostituição. Baseamo-nos em alguns autores e autoras como Judith Butler e Michel Foucault e suas noções sobre corpo, gênero, sexualidade e relações de poder.

Palavras-chave: Feminilidade; Prostituição; Gênero; Subjetividade; Relações de poder

ABSTRACT

The present study aimed to understand and analyze the performance of femininity in prostitution, the use of makeup, body management, and desires as devices for the exercise of power. We started from the idea that femininity is not a natural characteristic, but rather the result of normative practices crossed by power relations and social expectations. The research consists of a bibliographic review for the construction of an introductory reflection and articulation on these themes. We analyzed prostitution as a socially defined and historically controlled practice, where issues of gender, power, body, and economy are intertwined. The analyses focus on prostitution experienced by cisgender women, regarding how makeup and the body, as well as their uses and disuses, function both as products and producers of subjectivities, capturing desires in our society and also within prostitution relations. We based our discussion on authors such as Judith Butler and Michel Foucault and their notions about body, gender, sexuality, and power relations.

Key words: Femininity; Prostitution; Gender; Subjectivity; Power Relations.

¹ Discente do curso de Psicologia na UNIPAR. karolyneduartepiazzentini@gmail.com.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo conocer y analizar la performance de la feminidad en la prostitución, el uso de recursos de maquillaje, el manejo del cuerpo y de los deseos como dispositivos de ejercicio de poder. Partimos de la idea de que la feminidad no es una característica natural, sino el resultado de prácticas normativas, atravesadas por relaciones de poder y expectativas sociales. La investigación consiste en una revisión bibliográfica para la construcción de una reflexión introductoria y una articulación sobre estas temáticas. Analizamos la prostitución como una práctica socialmente definida e históricamente controlada, donde se entrelazan temas de género, poder, cuerpo y economía. Los análisis están pensados para la prostitución vivida por mujeres cisgénero, sobre cómo el maquillaje y el cuerpo, sus usos y desusos, funcionan como productos y productores de subjetividades, capturando los deseos en nuestra sociedad y también en las relaciones de prostitución. Nos basamos en algunos autores y autoras como Judith Butler y Michel Foucault, y sus nociones sobre cuerpo, género, sexualidad y relaciones de poder.

Palabras-clave: Feminidad; Prostitución; Género; Subjetividad; Relaciones de poder.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 COMO ESTAMOS OLHANDO PARA A PROSTITUIÇÃO	10
1.1 Um breve histórico da sociedade com a prostituição	14
1.2 Feminilidade, prostituição e relações de poder	16
3 O PRAZER DE SUBJUGAR O OUTRO	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado por uma acadêmica do 8º Período do Curso de Psicologia da Unipar, Campus Cascavel-PR. Buscamos conhecer e analisar a performance da feminilidade na prostituição, o uso de recursos de maquiagem, manejo do corpo e de desejos como dispositivos de exercício de poder. O interesse surgiu a partir dos atravessamentos durante a graduação, a partir de aulas sobre estudos de gênero, que produziram afetações em relação ao tema. Circula a ideia de que a feminilidade hegemônica é muitas vezes construída e validada através de procedimentos estéticos, mas será somente isso? Seríamos apenas cooptadas pelos discursos hegemônicos de forma passiva?

Com estas inquietações, me propus a investigar como a maquiagem e o corpo, seus usos e desusos, funcionam como produtos e produtores de subjetividades, capturam os desejos em nossa sociedade e, também, nas relações de prostituição. Para além da teoria, esta pesquisa é atravessada por uma vivência pessoal que me fez pensar a produção de subjetividade. Fui marcada pelo enunciado de uma familiar que, ao romper com o papel materno para ingressar na prostituição, afirmou: “Eu me sinto mais gostosa sendo prostituta do que sendo mãe”. Essa fala me causou um profundo estranhamento e se tornou um motor para esta investigação. Não a partir de um questionamento moral, mas clínico e político, de conhecer como a prostituição, através do corpo e da estética, consegue capturar o desejo e produzir uma sensação de potência, de “se sentir gostosa”. Ao utilizar o termo estética, não me refiro apenas aos procedimentos ou recursos empregados para aproximar o corpo dos padrões de beleza socialmente valorizados, embora estes também componham o campo de análise. A estética é compreendida, sobretudo, como um modo de produção de si e de existência, envolvendo os processos pelos quais os sujeitos constroem formas de viver, sentir e relacionar-se consigo mesmos e com o mundo. (Rolnik, 2011; Foucault, 2017.)

A prostituição, sendo uma prática socialmente definida e historicamente controlada, ocupa um lugar social estigmatizado e forma um espaço único onde se entrelaçam temas de gênero, poder, corpo e economia. Nada visto como natural, mas sim como um conjunto de comportamentos, aparências e práticas que são construídas socialmente e, por vezes, utilizadas de maneira estratégica por mulheres cis que controlam determinados espaços. Digo mulheres cis por precisar fazer um recorte para o escopo deste artigo.

Situo a pesquisa no contexto brasileiro, onde a prostituição assume características singulares. Aqui, a atividade é atravessada pela desigualdade social, pelo racismo e por uma estrutura capitalista-patriarcal que, como aponta Coelho Bernardes (2023), molda as condições

de vida dessas mulheres. Ao investigar esse tema, busco compreender como os discursos morais e estéticos se misturam à necessidade de sobrevivência, criando modos específicos de performar feminilidade. O trabalho buscou analisar como, nesse cenário de vulnerabilidade brasileiro, a feminilidade performada na prostituição é utilizada como exercício de poder.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, fundamentada em autores que discutem gênero, poder, performatividade e produção de subjetividade, tais como Foucault, Butler, Bourdieu, Despenes, entre outros. A revisão bibliográfica consiste na análise crítica de produções já existentes sobre o tema, permitindo a articulação teórica necessária à construção do problema de pesquisa e à sustentação das análises propostas (Gil, 2008).

Para apresentar as discussões, o trabalho foi organizado em seções que abordam: (2) Como estamos olhando a prostituição; (2.1) Um breve histórico da sociedade com a prostituição; (2.2) Feminilidade, prostituição e relações de poder; (3) O prazer de subjugar o outro; e (4) Considerações finais. Constituído principalmente por livros e artigos científicos. Ao final, apresentam-se algumas considerações acerca dos efeitos dessa análise para a compreensão do feminino na contemporaneidade. A pesquisa buscou conhecer como é que se fabrica a feminilidade na prostituição e quais são os usos estratégicos dessa feminilidade.

2 COMO ESTAMOS OLHANDO PARA A PROSTITUIÇÃO

Ao nos depararmos com a prostituição, vemos que ela é definida, em seu sentido mais direto, como uma prática de atos sexuais mediante pagamento. O Dicionário Michaelis (2015) a define como atividade de manter relações sexuais mediante remuneração, por exemplo. Essas definições apresentam uma compreensão objetiva e descritiva do termo, centrada na dimensão econômica da troca. Entretanto, neste trabalho, busca-se ultrapassar essa leitura inicial, entendendo a prostituição como uma prática social historicamente construída em relações econômicas, morais e políticas que compõem a regulação dos corpos e da sexualidade.

Longe de constituir um fenômeno natural ou individual, trata-se de uma atividade atravessada por dispositivos de poder, por normas de gênero e por dinâmicas de mercado que produzem sentidos específicos para o corpo feminino, o que permite compreender a prostituição como atravessada e atravessadora de múltiplas relações de poder e saber.

A prostituição, historicamente, foi alvo de mecanismos de controle e regulamentação que não visavam garantir direitos às mulheres, mas disciplinar seus corpos e sua circulação social em favor de quem faz uso dos serviços e da função social que exerce (Rago, 1991).

Conforme analisado por Margareth Rago, a atividade foi concebida como um “mal necessário”, atribuindo a ela uma “função social” de regular a sexualidade masculina, proteger a moral familiar e preservar a ordem urbana. Nesse sentido, a noção de função social não seria um reconhecimento da prostituição como trabalho, mas um discurso que legitima sua existência ao mesmo tempo em que justifica o controle sobre os corpos femininos. Assim, a prostituição se insere em um campo de tensões entre tolerância e repressão, no qual se articulam moralidade e poder.

No século XIX, as políticas europeias fizeram uma administração da prostituição. Para Alain Corbin (1987), a prostituição foi incorporada a uma lógica urbana, submetida a exames médicos compulsórios e à delimitação espacial. Tal controle revelava menos uma preocupação com a condição das mulheres e mais a tentativa de preservar a saúde e a moral da população masculina. A prostituição era e é construída como um corpo público, passível de inspeção e intervenção e voltada ao bem-estar do homem, ou seja, um instrumento.

No Brasil, a prostituição assume configurações múltiplas, articula-se tanto a circuitos locais quanto a dinâmicas globais. Representa características variadas, visíveis na diversidade de práticas, tanto na economia formal, quanto na informal e no forte estigma social. Além de cenários de marginalidade, os espaços de prostituição são territórios de sociabilidade e de trabalho, como demonstram pesquisas etnográficas desenvolvidas em diferentes contextos urbanos brasileiros (Rago, 1991; Blanchette; Silva, 2009; Simões, 2010; Olivar, 2013).

As atividades acontecem em diferentes espaços: ruas, casas noturnas, apartamentos e plataformas online. O que mostra como ela se adapta às mudanças das cidades e às novas tecnologias e necessidades de seus públicos. Um ponto central é sua posição ambígua no sistema jurídico. A prostituição em si, não é crime, mas ações associadas, como explorar o trabalho de outras pessoas, são consideradas crimes, tipificadas pelo Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940).

Além disso, não existe regulamentação trabalhista específica para a atividade, o que impede o reconhecimento pleno dessas mulheres como trabalhadoras detentoras de direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desde 2002, a ocupação “Profissional do Sexo” passou a integrar oficialmente a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5198-05, permitindo que essas profissionais contribuam para o INSS como contribuintes individuais. Entretanto, esse reconhecimento permanece restrito ao âmbito burocrático e previdenciário, sem garantir direitos trabalhistas efetivos ou regulamentação profissional (Brasil, 2002). Essa combinação cria uma zona de tolerância: as mulheres que atuam na área não são plenamente reconhecidas como trabalhadoras, com direitos trabalhistas, mas continuam

expostas a formas de exploração institucional.

A partir das contribuições de Foucault em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976), pode-se compreender essa lógica como uma forma de biopoder e controle dos corpos, na medida em que o Estado reconhece, monitora e administra a atividade, mas não garante proteção social integral às trabalhadoras. A marginalização da prostituição também pode ser compreendida como uma forma de violência simbólica. Segundo Pierre Bourdieu (2012), a violência simbólica consiste em um tipo de dominação que não se exerce pela força física, mas por meio da internalização de valores, normas e classificações sociais que passam a ser percebidos como naturais e legítimos. Nesse processo, as próprias desigualdades são naturalizadas, fazendo com que determinadas posições sociais sejam aceitas como consequência "normal" da ordem social. No contexto da prostituição, essa violência manifesta-se na produção e reprodução de discursos que associam as mulheres que exercem essa atividade à imoralidade, à promiscuidade e ao desvio. Esses estigmas legitimam práticas de exclusão, discriminação e desvalorização social, contribuindo para a manutenção das desigualdades de gênero. Assim, a violência simbólica atua ao reforçar hierarquias sociais e morais que sustentam a marginalização dessas mulheres, muitas vezes sem que esse processo seja reconhecido como uma forma de violência (Bourdieu, 2012).

Apesar, disso, estudos de Soraya Silveira Simões (2010) mostram que os ambientes onde ocorrem práticas de prostituição funcionam, também, como espaços de construção de uma identidade e convivência social. Ao pesquisar a Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, a autora destaca:

A Vila Mimosa configura-se como um espaço de trabalho e convivência, no qual as mulheres constroem estratégias de permanência, elaboram narrativas sobre si mesmas e negociam constantemente com o estigma que lhes é atribuído. Não se trata apenas de um lugar de comércio sexual, mas de um território socialmente organizado (Simões, 2010, p. 13).

Essa perspectiva desloca a compreensão da prostituição como uma simples marginalidade, evidenciando sua dimensão organizativa e relacional para as pessoas que trabalham com isso. Afinal, em uma sociedade capitalista, o trabalho e as relações interpessoais que advém da atividade laboral, são constitutivas de nossa existência. Soraya Silveira Simões (2010) demonstra que, na Vila Mimosa, as mulheres constroem identidades, redes de apoio e estratégias de negociação que tencionam a imagem homogênea do senso comum da “Mulher desviada”.

Outra característica visível é a sua inserção na economia do turismo e do mercado global do desejo. Conforme analisam Thaddeus Blanchette e Murray (2005), o turismo sexual não

opera como um setor isolado da economia, mas está integrado em amplos circuitos de circulação de capital, pessoas e imagens, articulando-se à produção simbólica do Brasil como destino associado à disponibilidade sexual (Blanchette; Murray, 2005). Um exemplo dessa articulação pode ser observado na circulação internacional de imagens que associam o Brasil à sensualidade feminina, alimentando expectativas eróticas no turismo e produzindo efeitos concretos na vida de mulheres brasileiras.

Essas “imagens” dizem respeito a um imaginário, a construções simbólicas e discursivas que posicionam o país e, particularmente, seus corpos femininos como sexualmente disponíveis no mercado global do desejo. Inclusive, no exterior, brasileiras frequentemente são interpeladas por estereótipos que as vinculam à disponibilidade sexual. Nas palavras do autor: “Mulheres de diferentes partes do mundo são frequentemente representadas como sexualmente fascinantes, passivas ou disponíveis, construções que mascaram relações reais de poder e exploração” (Mohanty, 2003, p. 33).

Tal ideia revela que a prostituição não pode ser compreendida fora das dinâmicas capitalistas contemporâneas, nas quais o corpo, as práticas sexuais, o prazer e o desejo viram mercadorias. Além disso, a prostituição no Brasil é atravessada por marcadores de classe, raça, gênero e território, evidenciando uma prática social situada na intersecção entre mercado, poder e produção de subjetividade. E permanece marcada por forte estigmatização social; a figura da “mulher programada” é produzida por discursos que a associam à degradação moral e à ruptura com os ideais normativos de feminilidade hegemônica idealizada.

Como argumenta Raewyn Connell (2015), as hierarquias de gênero estruturam expectativas rígidas sobre o comportamento sexual das mulheres, estabelecendo limites entre o aceitável e o desviante. A prostituição vai ocupando esse lugar da sexualidade feminina desviante, tornando-a pública e mercantilizada, o que intensifica processos de exclusão simbólica.

A prostituição também pode ser analisada como campo de produção de desejo. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972/2011), o desejo não é falta, mas sim uma força de produção que atravessa e é atravessada pelo social. Nesse sentido, a prostituição não apenas responde a uma demanda pré-existente, mas participa da fabricação de fantasias, performances e encenações que compõem o mercado do erotismo. Ao mesmo tempo, a feminilidade mobilizada na prostituição não pode ser compreendida como essência, mas como efeito reiterado de normas culturais. Judith Butler (2019) sustenta que o gênero é performativo, isto é, constitui-se por meio da repetição de atos regulados socialmente, portanto, não há nada de natural.

Como afirma Foucault, “o poder produz; ele produz realidade; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter derivam dessa produção”, dos discursos que circulam (Foucault, 1987, p. 161). Trata-se, portanto, de um campo de tensões no qual se cruzam exploração, estigma, estratégia e invenção de modos de existir. Ela expressa a captura dos corpos pelas lógicas capitalistas, mas não só, há, também, possibilidades de negociação e agência por parte das mulheres que a exercem.

Compreender o que é a prostituição implica, portanto, em recusá-la como uma categoria fixa ou moralmente definida, reconhecendo-a como fenômeno social complexo, atravessado por disputas discursivas, econômicas e políticas que produzem sentidos sobre os corpos femininos e sobre o desejo. Por fim, observa-se que a prostituição também se reinventa por meio das tecnologias digitais. Plataformas online, redes sociais e aplicativos ampliaram as possibilidades de captação de clientes e de negociação direta, modificando parcialmente as dinâmicas de intermediação. Ainda assim, as estruturas de poder e os processos de estigmatização permanecem.

2.1 Um breve histórico da sociedade com a prostituição

A prostituição é frequentemente denominada, no senso comum, como "a profissão mais antiga do mundo". Essa expressão, embora amplamente difundida, merece ser problematizada, pois sugere uma naturalização histórica da prostituição, desconsiderando que essa prática assume diferentes significados e configurações conforme os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, mais do que uma atividade atemporal, a prostituição constitui um fenômeno historicamente produzido e constantemente ressignificado (Rago, 1991; Corbin, 1987).

Em uma sociedade estruturada pelo patriarcado e pela escravidão, o corpo das mulheres, sobretudo de mulheres negras escravizadas, foi explorado, violentado de múltiplas formas. A violência sexual fez parte do sistema escravocrata, evidenciando que o controle sobre o feminino estava no centro das relações de poder, como já bem discute a Silvia Federici (2019), em sua obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Em suas palavras: O corpo foi para as mulheres aquilo que a fábrica foi para os trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência” (Federici, 2017, p. 17). Embora Federici trate do contexto europeu, a sua análise nos ajuda a compreender que, no Brasil, a sexualidade feminina foi organizada segundo interesses econômicos e morais.

No final do século XIX e início do século XX, com a urbanização e projetos de

modernização das cidades brasileiras, a prostituição passou a ser um objeto de intervenção estatal. Discursos médicos e jurídicos passaram a associá-la à degeneração moral e ao perigo sanitário. Margareth Rago (1991) demonstra que a prostituição foi enquadrada como um problema urbano a ser vigiado e regulamentado, “era concebida como um mal necessário à manutenção da ordem social” (Rago, 1991, p. 46). Ela emerge, não como desvio isolado, mas como parte de uma economia mais ampla que articula gênero, raça e classe, considerando aspectos morais que fizeram e fazem a manutenção da fronteira entre o permitido e o proibido para determinadas classes sociais.

Esse movimento de tolerância e condenação revela uma lógica social ambígua. Conforme demonstra Rago (1991), apesar de a prostituição ser historicamente concebida como um “mal necessário” à manutenção da ordem urbana, as mulheres que a exerciam eram classificadas como moralmente desviantes. Tal ambivalência evidencia o funcionamento do que Foucault (1988) denomina dispositivo de sexualidade, no qual determinadas práticas são administradas e reguladas, não para serem eliminadas, mas para serem controladas, compõem o cenário de produção do que se almeja socialmente, daquilo que é governável. Nessa operação, produz-se também o estigma, entendido por Goffman (1988) como um mecanismo de desqualificação social que transforma uma prática tolerada em marca identitária de inferiorização.

Portanto, não se trata apenas da permanência de uma prática, mas da continuidade de dispositivos que fabricam certas feminilidades e práticas sociais específicas, em lugares específicos, como desejáveis e perigosas ou descartáveis. A chamada “Profissão mais antiga do mundo” não é uma essência imutável, mas uma prática constantemente produzida e redefinida pelas relações de poder que atravessam o corpo, o desejo e a economia. E há lugar social reservado a ela.

A mulher que exerce o trabalho sexual é reconhecida com uma função produtora de prazer, objeto de fantasia, um corpo disponível; porém ela é recusada enquanto sujeito legítimo de direitos e respeito, dentro de uma ordem moral dominante. Isso se opera por exclusão implícita e explícita, por uma hierarquização entre feminilidades, classificando quais delas são aceitáveis em determinados espaços, incluindo os comportamentos a elas relacionados, e feminilidades desviantes destes espaços sociais, que são projetadas para a marginalidade. Mas todas elas são produzidas e mantidas nesses espaços pelo desejo masculino (Despentes, 2006/2016).

O corpo prostituído é simultaneamente consumido e moralmente inferiorizado. Como afirma Goffman, “o estigma não é uma propriedade da pessoa, mas uma relação entre atributo

e estereótipo” (1988, p. 13). Para o autor, o atributo corresponde a uma característica ou condição/característica que um indivíduo possui, enquanto o estereótipo refere-se às expectativas e representações socialmente construídas acerca desse atributo. Nesse sentido, o estigma não está na pessoa em si, mas na forma como determinado atributo é interpretado e avaliado socialmente.

Para pensar sobre estigma, Goffman (1988) distingue a identidade social virtual da identidade social real. A identidade social virtual refere-se às expectativas que a sociedade constrói sobre quem uma pessoa é ou deveria ser, enquanto a identidade social real diz respeito aos atributos que ela efetivamente possui. O estigma surge justamente quando há um descompasso entre essas duas dimensões, produzindo processos de desvalorização e exclusão. No caso da prostituição, o atributo relacionado ao exercício dessa atividade é frequentemente associado a estereótipos que vinculam essas mulheres à promiscuidade, ao desvio moral, à vulgaridade e à falta de caráter.

Dessa forma, a marginalização não decorre de uma essência desviante, mas de um sistema social classificatório que produz diferenças hierarquizadas. Ao mesmo tempo, observa-se que muitas mulheres que atuam na prostituição mobilizam estrategicamente o estigma atribuído à profissão. Características socialmente associadas à figura da prostituta, como determinadas formas de vestir, de se maquiar, de falar ou de se comportar, passam a compor uma performance construída para atender às expectativas produzidas pelo imaginário masculino. Assim, a chamada "identidade deteriorada", conceito desenvolvido por Goffman (1988), deixa de representar apenas um marcador de exclusão social, ela é também apropriada como recurso de trabalho, na medida em que determinados signos estigmatizados são convertidos em valor no mercado sexual. Dessa forma, a mesma identidade que, em outros espaços sociais, produz discriminação e marginalização pode, no contexto da prostituição, ser mobilizada como ferramenta para a produção do desejo e para a negociação da relação comercial. Essa dinâmica evidencia que o estigma não opera de forma linear, mas produz efeitos distintos conforme o contexto em que é acionado.

A sexualidade da mulher é estimulada enquanto serviço e simultaneamente inferiorizada enquanto identidade, pois, como afirma Foucault, “o sexo não é simplesmente aquilo que se reprime; é aquilo que se administra” (1988, p. 115). Seu estigma escondido opera nessa fissura: ele não precisa ser constantemente declarado, pois já está escrito na estrutura simbólica que diferencia a “mulher de família” da “mulher pública”. Então, a sociedade que condena a prostituição é a mesma que sustenta e demanda sua existência.

Assim, o lugar social da prostituta revela menos uma marginalidade absoluta e mais a

condenação das contradições que estruturam determinadas feminilidades. É nesse espaço invisível que se produzem subjetividades, se negociam posições de poder e se tensionam limites sociais.

2.2 Feminilidade, prostituição e relações de poder

Joan Scott (1995) afirma que o gênero é uma categoria útil de análise histórica porque permite compreender como as diferenças percebidas entre os sexos são transformadas em relações sociais e de poder. Para a autora, sexo refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto gênero diz respeito aos significados sociais, culturais e históricos atribuídos a essas diferenças. Assim, não são as características biológicas, por si só, que determinam os papéis ocupados por homens e mulheres na sociedade, mas os sentidos que cada contexto histórico constrói a partir delas. Dessa forma, o gênero não apenas diferencia homens e mulheres, mas organiza hierarquias, legitima desigualdades e estrutura relações de poder (Scott, 1995).

Judith Butler (2019) amplia e complexifica essa discussão ao argumentar que sexo é gênero e a nossa relação com o biológico não constitui uma essência natural, mas um efeito da repetição de normas, práticas e discursos que regulam os corpos e os modos como nos relacionamos com eles, como interpretamos a realidade biológica. Desse modo, aquilo que entendemos como masculino e feminino é continuamente produzido e reiterado nas relações sociais. Em suas palavras: “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados no interior de um quadro regulatório altamente rígido, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma identidade natural” (Butler, 2019. p 59), ao que ela nomeia performatividade. O feminino se consolida pela repetição de atos, gestos e encenações, que configuram um processo de naturalização, ou seja, na sua repetição, criam uma “sensação” de algo que seria natural (substância). Mas isso não ocorreria de forma intencional e sim com uma repetibilidade aprendida e reproduzida enquanto hábito social. Nestas performatividades, a feminilidade considerada legítima é aquela associada à domesticidade, à contenção sexual e à respeitabilidade, a famosa “bela, recatada e do lar”.

Essas características não surgem espontaneamente, são produzidas e reforçadas por instituições como família, escola, igreja, mídia e literatura e esse processo se inicia ainda na infância ou antes. Os corpos são constantemente educados por práticas sociais que neles inscrevem normas, valores e expectativas. Assim, o corpo feminino aprende a se comportar, a se apresentar e a se compreender dentro de padrões socialmente estabelecidos (Louro, 1997),

por meio de narrativas que associam o feminino à passividade e à recompensa amorosa.

Um dos recursos mais efetivos é a circulação dos contos de fadas. As narrativas tradicionais operam por meio de fortes oposições simbólicas. A historiadora Marina Warner demonstra que, nos contos tradicionais, as figuras femininas protagonistas são representadas como belas, silenciosas e aguardando reconhecimento (Warner, 1999). As princesas são valorizadas por sua docilidade, sua virtude é esperar e espera-se por um homem, ativo, forte, que salva. Essas narrativas reforçam um modelo de feminilidade pautado na agradabilidade e dependência. Mas, se por um lado a princesa encarna a beleza, a passividade e a espera pelo reconhecimento masculino, por outro, a figura da vilã, da bruxa ou da madrasta concentra traços associados à ambição, autonomia e poder.

Essas personagens passam a simbolizar o lugar da mulher que se afirma fora dos limites impostos pelo patriarcado, gerando medo e sendo frequentemente representadas como inferiores, más ou moralmente desviantes. Como discute Warner (1999), os contos de fadas historicamente contribuíram para a produção e circulação de modelos de feminilidade, estabelecendo distinções entre mulheres consideradas virtuosas e aquelas associadas ao perigo, à transgressão e ao excesso. Visualmente, essas representações também se organizam por contrastes. Enquanto as princesas costumam ser associadas a cores claras, traços delicados, voz suave e gestos contidos, as vilãs aparecem com maquiagem marcada, cores escuras ou vibrantes, expressões intensas, risadas exageradas e comportamentos considerados egoístas ou invejosos. A estética reforça a moral da narrativa, constituindo uma pedagogia visual que ensina a reconhecer quem deve ser admirada e quem deve ser temida, combatida ou excluída.

Essa estrutura de bem/mal, pureza/perversão, docilidade/perigo ultrapassa o universo dos contos e se estrutura em lugares sociais construídos para as mulheres. A prostituição, nesse sentido, frequentemente é situada simbolicamente no polo da ameaça moral e reforça sua posição de alteridade em relação à mulher considerada “respeitável” (Rago, 1991; Bourdieu, 2012). A mulher que se prostitui é associada, no imaginário social, à sexualidade ativa, à disponibilidade e à ruptura com o ideal de recatado e dependência. Sua forma de vestir, sua maquiagem e sua postura corporal são constantemente interpretadas como sinais de excesso, desvio ou provocação, uma leitura que, por vezes, reforça sua posição de alteridade em relação à mulher que é “respeitável”.

Assim, as narrativas tradicionais, os discursos que circulam socialmente, contribuem para consolidar modelos de feminilidade, de um lado, a mulher ideal, passiva e digna de proteção; de outro, a mulher perigosa, sexualizada, vista como ameaça à ordem familiar e social, produzindo normas que definem quais comportamentos são considerados legítimos ou

desviantes (Butler, 2019; Scott, 1995). A prostituta, no imaginário moral, vai se aproximar da imagem simbólica da figura da “mulher maligna”, não porque encarna o mal em si, mas porque extrapola os limites, está do outro lado, na divisão entre pureza e desvio, tem na sua feminilidade cores e feições semelhantes às aquelas representadas nas vilãs malignas. Os contos de fadas, longe de serem apenas histórias infantis, participam da formação de representações sobre o lugar social das mulheres e os limites aceitáveis de sua autonomia e liberdade.

Se o feminino é construído por discursos hegemônicos que definem comportamentos, gestos, desejos e modos de existência considerados legítimos, a mulher é posicionada nesse dispositivo como objeto de desejo e, simultaneamente, como alvo de regulação moral. Em *História da Sexualidade I*, Foucault (1988) demonstra que, a partir do século XIX, o sexo se tornou alvo de uma intensa proliferação discursiva, administrado por meio de dispositivos que articulam saber e poder. Nesse cenário, embora a prostituição seja uma prática historicamente anterior, ela passa a ser ressignificada como uma figura estratégica do biopoder: ao mesmo tempo em que é tolerada como uma válvula de escape para a economia do desejo masculino, a prostituta é construída discursivamente pela medicina e pelo Estado como uma ameaça biológica e moral à ordem familiar burguesa, por isso, precisa ser administrada.

Como vimos, Michel Foucault analisa que poder se exerce nas relações. Nas palavras dele: “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988). Essa perspectiva permite compreender que a prostituição não é apenas tolerada ou condenada pelo Estado ou pela sociedade, de forma geral, mas permanentemente produzida, transformada em objeto de saber e exercício de poder, foi investigada, regulada, descrita e moralizada. Não se trata de contradição acidental, mas de um funcionamento próprio das relações de poder, que incitam aquilo que pretendem controlar.

3 O PRAZER DE SUBJUGAR O OUTRO

A prostituição permite evidenciar uma dimensão das relações de gênero, a erotização da hierarquia. Mais do que uma troca de sexo por pagamento, o que se formaliza é essa posição assimétrica, na qual o dinheiro institui uma diferença de poder. Ao realizar o pagamento, o cliente ocupa simbolicamente o lugar daquele que escolhe, define condições e exerce centralidade. Essa dinâmica não nasce na prostituição, ela se apoia em disposições históricas, produzidas, que associam masculinidade ao comando e feminilidade à disponibilidade, além das relações capitalísticas da nossa sociedade que atrelam dinheiro a poder econômico. Então, se o poder circula nas relações e estrutura modos de agir e desejar (Foucault, 1988), o prazer,

nesse contexto, não é exterior ao poder, mas formatado por ele. O que se pode chamar de “prazer de subjugar” não vai se reduzir a uma perversão individual, ele se inscreve em uma economia simbólica que legitima a centralidade do desejo masculino.

A reflexão de Pierre Bourdieu (1999) acerca da dominação masculina contribui para compreender essa naturalização da hierarquia. A ordem social inscreve nos corpos esquemas duráveis de percepção que fazem parecer legítimo que homens comandem e mulheres correspondam. A prostituição, nesse sentido, dramatiza essa estrutura ao converter a assimetria em um contrato explícito. O pagamento não apenas remunera um serviço, ele legitima uma posição de superioridade temporária. É nesse ponto que a análise de Virginie Despentes (2016) se torna particularmente potente. Ao narrar sua experiência na prostituição em ‘Teoria king kong,’ a autora descreve a transformação corporal como uma espécie de encenação consciente da feminilidade. Ao vestir uma saia curta e salto alto, afirma ter se tornado “um brinquedo gigante” (Despentes, 2016. p. 52).

Ela sintetiza essa lógica ao afirmar que “Jogar o jogo era suficiente. O jogo da feminilidade” (Despentes, 2016, p 53.). Essa formulação é central para a compreensão do tema. A feminilidade aparece na prostituição como um jogo, como código socialmente reconhecido, composto por vestimentas, gestos, postura e estética. Não se trata de essência, mas de performance, a performance do estereótipo de “Putá”.

Ao pensar sobre o que seria esse estereótipo, pensamos que ele é uma construção social do que significaria ser puta/prostituta, usados para controlar, julgar e punir comportamentos que se desvinculam dos padrões tradicionais do que seria esse feminino hegemônico (bela, recatada e do lar), usando esse feminino como forma de controlar e ofender mulheres que têm atitudes de autonomia, independência ou assertividade, comportamentos que seriam ‘normais’ se fossem adotados por homens. Despentes descreve ainda que o “uniforme vestido” se transformava em “atributo de hiper feminilidade” (Despentes, 2016. p 52), indicando que aquilo que é socialmente construído como natural é, na verdade, um conjunto de formas reiteradas e intensificadas na prostituição. Ou seja, alguns desses códigos associados ao feminino aparecem de forma intensificada na prostituição, tornando mais visível seu caráter construído.

O que, na vida cotidiana, pode se apresentar de maneira difusa, em maquiagens, salto alto, formas de vestir e erotização do corpo, é usado como um código mais explícito e reconhecível. Nesse contexto, observa-se a mobilização de performances específicas de feminilidade, expressas nas escolhas de roupas, gestos, modos de falar e cuidados com o corpo, frequentemente orientadas pelas expectativas do mercado sexual e pelos discursos sociais acerca do que constitui a “verdadeira feminilidade”. Tais performances não devem ser

confundidas com a performatividade discutida por Butler, pois a performatividade diz de uma repetição aprendida, reproduzida socialmente, sem uma consciência reflexiva sobre, há uma naturalização. Performance implica em intencionalidade, consciência. Neste caso, performance seria o uso estratégico, planejado, para atingir objetivos específicos.

O prazer de subjugar o outro encontra sustentação nesse cenário. Ao consumir a performance de uma feminilidade moldada para corresponder ao desejo masculino, reafirma-se simbolicamente a posição de centralidade. O cliente não adquire apenas o ato sexual, mas a encenação de uma disponibilidade organizada em torno de sua presença. O que se consome é também a confirmação de uma hierarquia. Entretanto, a própria noção de “jogo” introduz ambiguidade. Se há jogo, há consciência e estratégia. A mulher que atua na prostituição não é mero objeto passivo dessa dinâmica, ela conhece os códigos, manipula e negocia condições. Dessa forma, retomando a afirmativa de Foucault (1988) de que onde há poder, há resistência, consideramos que essa construção da feminilidade é tanto uma norma imposta quanto um recurso de poder, que pode ser utilizado de forma estratégica para trazer vantagens às mulheres que se prostituem. Virginie Despentes descreve uma cena que pode ilustrar:

A primeira vez que saio de saia curta e salto alto. A revolução depende de poucos acessórios. A única sensação comparável, desde então, foi a minha primeira participação num programa de televisão, no Canal Plus, quando estreamos o filme *Baise-moi*. Você não mudou nada, mas alguma coisa fora mudou e nada mais é como antes. Nem as mulheres, nem os homens. Sem que você tenha certeza de gostar dessa mudança, de compreender todas as suas consequências. As americanas, quando relatam suas experiências como “trabalhadoras do sexo”, adoram usar a expressão *empowerment*, empoderamento, um aumento de poder. Eu imediatamente adorei o impacto que causava na população masculina, o exagero quase teatral, a mudança notável de status. [...] Genial. Me fez lembrar a Mulher Maravilha, que dá voltas na sua cabine telefônica e sai transformada em super-heroína, tudo isso era divertido. Mas também tive medo de imediato, justamente dessa importância que ia além da minha compreensão e do meu controle. O efeito que isso provocava em muitos homens era quase hipnótico. Entrar nas lojas, no metrô, atravessar a rua, sentar-se num bar. Atrair olhares esfomeados em todos os lugares, ser incrivelmente presente. Detentora de um tesouro furiosamente desejado, no meio das minhas pernas, meus seios, o acesso a meu corpo ganhava uma importância extrema (DESPENTES, 2006/2016, p. 52, grifos da autora).

A partir deste relato da autora, é possível analisar que não há apenas dominação do corpo em troca de dinheiro; há, também, dominação do desejo e dos olhares, muitas vezes mobilizados em troca de prazer ou como resultado de uma performance considerada desejável. É justamente nessa apropriação estratégica das normas de gênero que se localiza um ponto de resistência: ao mobilizar expectativas socialmente construídas sobre a feminilidade, essas mulheres não apenas reproduzem uma lógica opressora, mas a instrumentalizam, em situações específicas, para produzir benefícios próprios, negociar posições de poder e ampliar suas

possibilidades de ação. Assim, a feminilidade, embora constituída por normas historicamente opressoras, pode ser utilizada como um recurso de agência, sem que isso elimine as ambiguidades e os limites dessa resistência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar como se fabrica a feminilidade na prostituição e quais são os usos dessa construção. Ao longo do trabalho, buscou-se sustentar que a feminilidade não constitui uma essência natural, mas um efeito de práticas reiteradas, normas sociais e dispositivos de poder que atravessam os corpos e organizam o desejo. A análise histórica evidenciou que a prostituição nunca ocupa um lugar fixo na sociedade. Ao contrário, foi permanentemente administrada, tolerada e estigmatizada, conforme demonstram Rago (1991) e Corbin (1987). A noção de “Mal necessário” revela uma ambivalência constitutiva, a prostituição é socialmente demandada e, simultaneamente, inferiorizada. Tal ambiguidade dialoga com a leitura foucaultiana de que o poder não apenas reprime, mas produz realidades, saberes e posições subjetivas (Foucault, 1988).

A prostituição emerge, assim, como campo privilegiado para observar a articulação entre sexualidade, economia e regulação moral. No plano da construção do feminino, as contribuições de Butler (2019), permitem compreender o gênero como performativo, isto é, como repetição regulada de atos que produzem a aparência de uma identidade natural. A prostituição faz isso de forma consciente, performa conscientemente, intensifica as dinâmicas e torna explícito aquilo que, na vida cotidiana, parece naturalizado: Maquiagem, vestimentas, gestos, modos de falar e de ocupar o espaço configuram uma estilização reiterada do corpo.

A interlocução com Marina Warner (1999) mostrou que a divisão simbólica entre a mulher “ideal” e a mulher “perigosa” é historicamente construída e reforçada por narrativas culturais que opõem pureza e desvio. A prostituta, no imaginário social, aproxima-se da figura da mulher que ameaça à ordem moral, não por uma essência negativa, mas por ultrapassar a fronteira entre sexualidade privada e pública. Assim, o estigma não deriva da prática em si, mas de um sistema classificatório que hierarquiza feminilidades, como problematiza Goffman (1988).

No interior dessas relações, o trabalho também evidenciou que a prostituição explicita a erotização da hierarquia. A partir de Bourdieu (1999), foi possível compreender como a dominação masculina se inscreve nos corpos e naturaliza a centralidade do desejo masculino. O pagamento institui uma assimetria formalizada, convertendo desigualdades históricas em

contrato momentâneo. As mulheres que atuam na prostituição não se encontram fora das relações de poder, mas as atravessam estrategicamente, operando também como resistência (Foucault, 1988). Com Virginie Despentes (2016) pudemos perceber como a feminilidade pode ser manipulada como código reconhecido socialmente e isso torna visível o caráter fabricado do feminino e sua possibilidade de instrumentalização econômica.

Com Deleuze e Guattari (1972/2011), foi possível compreender o desejo não como falta, mas como força produtiva que atravessa o campo social. A prostituição não apenas responde a uma demanda, mas participa da fabricação de fantasias, performances e encenações que organizam o mercado do erotismo. O corpo, nesse contexto, opera como dispositivo de captura, mas também como superfície de invenção de si. Conclui-se que a prostituição não pode ser reduzida a uma leitura moralizante nem a uma interpretação exclusivamente vitimizante. Trata-se de um fenômeno complexo, situado na intersecção entre poder, economia, gênero e produção de subjetividade. E com isso não queremos romantizar a prostituição, menos ainda as situações difíceis que muitas pessoas enfrentam cotidianamente e que, muitas vezes, empurram pessoas para a prostituição, por exclusão, discriminação, falta de abertura em outros espaços de trabalho. Sabemos que as discussões aqui presentes dialogam com um contexto de desejo pela prostituição, ainda que os desejos sejam formatados, como estudamos.

O corpo aparece como território de disputa: capturado por lógicas capitalistas e patriarcais, mas também mobilizado como ferramenta de negociação e produção de potência. Ao tensionar essas dimensões, este trabalho buscou contribuir para o debate acadêmico ao articular gênero, prostituição, desejo e poder, deslocando o olhar da essência para os processos de fabricação. Mais do que oferecer respostas fechadas, a pesquisa pretende abrir possibilidades de reflexão sobre como o feminino é produzido, regulado e, por vezes, reapropriado e utilizado de forma estratégica em espaços socialmente estigmatizados. Nesse sentido, pensar a prostituição é também pensar as engrenagens que sustentam a própria organização do desejo na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BLANCHETTE, Thaddeus; MURRAY, Laura. Entradas e bandeiras: A macroeconomia do turismo sexual no Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 105-137, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 28

maio 2026.

BRASIL. **Ministério do trabalho e Emprego**. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO. Brasília, DF: MTE, 2002

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**: Rio de Janeiro, 9 ago. 1943.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: n-1 edições, 2015.

CORBIN, Alain. **Os territórios do desejo**: A prostituição na França do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade: A vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GIL, Antonio Carlos. **como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 22 mai. 2026.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durham: Duke University Press, 2003.
Porto Alegre: Editora Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890–1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Paula da. **Trabalho sexual e estigma: A construção social da “mulher de programa”.** São Paulo: Annablume, 2014.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Mulheres da vila Mimosa: Prostituição, identidade e estigma.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WARNER, Marina. **From the Beast to the Blonde: On Fairy Tales and Their Tellers.** London: Vintage, 1995